

# Teorias de um mundo sem qualidades: interpretações sobre a subjetividade contemporânea

## *Theories of a world without qualities: interpretations about contemporary subjectivity*

---

Maria Claudia Coelho<sup>1</sup>

**Resumo:** Este ensaio discute a predominância, nas teorias sociológicas sobre o indivíduo moderno, dos temas da falta e do vazio. O foco está no exame comparativo de duas formulações acerca da subjetividade contemporânea: a concepção de atitude blasé de Georg Simmel e a noção de *homo clausus* de Norbert Elias.

**Palavras-chave:** modernidade, subjetividade contemporânea, atitude blasé, *homo clausus*.

**Abstract:** *This essay examines the prevalence of two themes in sociological theories concerning modern individuality: absence and emptiness. Its focus is on comparative analysis of two formulations of contemporary subjectivity: Georg Simmel's idea of blasé attitude and Norbert Elias's notion of homo clausus.*

**Keywords:** *modernity, contemporary subjectivity, blasé attitude, homo clausus.*

---

1. Antropóloga e professora do Departamento de Ciências Sociais da UERJ. Autora de *O Valor das Intenções* – dádiva, emoção e identidade (Ed. da FGV, 2006) e de *A Experiência da Fama* – individualismo e comunicação de massa (Ed. da FGV, 1999).

Cad. Psicanál., CPRJ, Rio de Janeiro, ano 30, n.21, p.317-322, 2008

A modernidade é um tema recorrente na obra dos fundadores da sociologia. De certa forma, isto não se dá por acaso, uma vez que a sociologia, ou seja, o esforço intelectual de erigir o “social” em objeto autônomo de estudo, pode ser entendida, ela mesma, como um “produto” das transformações da vida social geradas pela modernidade.

Estas teorias da modernidade compartilham, desde seus autores seminais, um tom sombrio: são teorias da falta, análises do vazio. O homem moderno é culpado, desencantado, narcísico; vive em um mundo público erodido, imerso em relações liquefeitas, encapsulado em si mesmo.

O leitor familiarizado com os principais teóricos da modernidade há de ter reconhecido, na escolha dos adjetivos utilizados acima, referências a diagnósticos consagrados dos males modernos: o mundo racional e desencantado de Max Weber, o mal-estar inerente à civilização de Sigmund Freud, o sujeito narcísico de Christopher Lasch, a erosão da vida pública de Richard Sennett, as relações “líquidas” de Zygmunt Bauman, o sujeito encapsulado de Georg Simmel.

Estas visões do homem moderno o descrevem como um sujeito atormentado pela percepção da vida como absurda, destituída de sentido. Este sentimento, tantas vezes descrito como um “vazio”, tem suas origens traçadas de maneiras diversas, como a erosão do mundo público, a perda de um sentido de continuidade entre passado-presente-futuro ou o desequilíbrio nos anseios concomitantes por segurança/liberdade. De certo modo, todas estas “etiologias” abordam um problema fundamental: a forma de relacionar-se com o *outro*, cuja “deterioração” – concebida sob inúmeras variações – responderia pelo mal-estar do sujeito contemporâneo.

Em 1902, o sociólogo alemão Georg Simmel publicou *A Metrópole e a Vida Mental*, um pequeno ensaio no qual examina as características do *modus vivendi* metropolitano. Para ele, a metrópole seria marcada pelo excesso, com o indivíduo sendo submetido a uma carga de “estímulos nervosos” intolerável para o aparelho psíquico.

Simmel entende por “estímulos nervosos” qualquer coisa que se ofereça à consciência do sujeito e capaz de ser por ele captada. Estes estímulos podem variar desde sons (buzinas, ferramentas, gritos) ou imagens (luzes, cartazes, vitrines) até interações com outras pessoas, de maior ou menor magnitude e impacto (um esbarrão, um pedido de informações, uma esmola, um assalto, um atropelamento). Em comparação com um ambiente rural ou de cidade pequena, a metrópole seria excessiva, bombardeando seus habitantes com uma quantidade e intensidade tais de demandas por

atenção que a única estratégia psíquica de reação que restaria ao sujeito metropolitano seria a *indiferença*.

Ao lado do excesso, a metrópole apresenta ainda uma segunda característica: a exatidão. Para Simmel, a importância da exatidão se faria sentir na combinação de três traços: o predomínio do intelecto, a economia monetária e a pontualidade. O intelecto seria a forma de reagir ao mundo externo predominante no sujeito metropolitano, o qual, diante do excesso das demandas que lhe são feitas, optaria por relacionar-se com o mundo externo de forma distanciada, sem envolvimento emocional, pela via da racionalidade, a qual, segundo Simmel, teria por função justamente a proteção da vida subjetiva.

Esta racionalidade se combinaria, no “tom” que imprime à vida, com a economia monetária e a pontualidade. A economia monetária realizaria trabalho semelhante ao erradicar, graças à impessoalidade desta forma de troca mediada pelo dinheiro, qualquer traço subjetivo presente nos objetos à disposição no mercado. A pontualidade, por sua vez, concorreria para a exatidão da vida metropolitana exigindo uma perfeita coordenação das atividades de acordo com o ritmo de um tempo que transcorre impessoalmente, eliminando qualquer possibilidade de incorporação, em seu fluxo, dos “imponderáveis da vida pessoal”.

Juntos, excesso e exatidão criariam uma estrutura impessoal na qual transitam indivíduos indiferentes ao mundo objetivo, desvalorizado por eles como forma de autopreservação. Esta indiferença, traduzida na atuação no mundo como uma atitude de reserva ou até de antipatia, acaba paradoxalmente por produzir no sujeito uma desvalorização da própria vida subjetiva, percebida – precisamente pela impossibilidade de compartilhar experiências provocada pelo impulso de proteger-se diante do excesso – como igualmente inútil e destituída de sentido. Esta “vida mental” (assoberbada, encapsulada, indiferente e perpassada por um sentimento de absurdo) é assim uma formação da subjetividade engendrada pela natureza da vida metropolitana – *habitat* por excelência da modernidade –, formação essa batizada por Simmel de *blasé*.

Oitenta anos depois, Norbert Elias, outro sociólogo alemão, publicou um pequeno trabalho intitulado *A Solidão dos Moribundos*, no qual examina a atitude contemporânea diante da morte. Seu ponto de partida é sua concepção do processo civilizador como um processo de contenção das pulsões, em especial da agressividade. O indivíduo “civilizado” seria incapaz de exprimir emoções fortes, o que estaria na base da dificuldade em se lidar com os moribundos. Pressionado, por um lado, pelas exigên-

cias emocionais colocadas pelos temores gerados pela identificação com os moribundos e, por outro, pelo desconforto provocado pelo recurso às convenções, percebidas como vazias e destituídas de sentido justamente *porque* coletivas, parte de um repertório comum, o sujeito civilizado apresentaria enorme desconforto diante da iminência da morte, resultando daí as formas modernas de gestão da morte, relegando-a a espaços impessoais tais como os hospitais.

Esta atitude diante da morte, contudo, não é um traço isolado da vida contemporânea. Para Elias, morremos da mesma maneira como vivemos, e o abandono do moribundo é apenas uma expressão da concepção da vida individual predominante no mundo contemporâneo. O indivíduo enxerga a si mesmo como uma “mônada”, isolado dos outros. Busca o sentido da vida na própria existência autônoma, fora de qualquer relação de interdependência para com os outros, o que provocaria uma percepção da vida como absurda e destituída de sentido.

Para Elias, este é um resultado inevitável desta concepção do sujeito como “mônada”. Para ele, o sentido da existência de cada um é sua importância para os outros, o lugar que ocupa em uma rede de interdependência. A não-percepção destes elos faz com o indivíduo viva só e portanto morra só, sendo este o sentido último e dramático da forma de solidão experimentada pelos moribundos no mundo de hoje: a percepção, ainda em vida, de que deixaram de ter importância para os outros.

Esta percepção da existência individual como isolada e à parte do mundo externo (aí compreendidos todos os outros), devendo buscar seu sentido em si mesma, pode ser entendida como uma segunda maneira de definir a configuração da subjetividade contemporânea, à qual Elias se refere como *homo clausus*.

Separados por 80 anos de pensamento sociológico, o sujeito *blasé* e o *homo clausus* expressam concepções da subjetividade contemporânea marcadas por uma forma de relação com o outro cujo núcleo é a indiferença. Encontram-se em estreita relação com um traço definidor da modernidade, qual seja, a ideologia individualista. O individualismo moderno, marcado em sua versão “quantitativa” (novamente para usar os termos de Simmel) pela crença na igualdade natural e na liberdade, e em sua versão “qualitativa” pela certeza da desigualdade subjetiva, tem como epifenômeno o ideal de “ser quem se é”, independentemente da aprovação do outro (aqui entendido em um sentido lato como uma “comunidade de referência”).

Este ideal de autonomia plena constitui, contudo, uma violação de um traço essencial da natureza humana: a construção da auto-imagem

como um processo mediado primordialmente pelo olhar do outro. Este aspecto da condição humana, de resto já tão discutido em tantas sociologias e psicologias, teria um lugar ingrato na modernidade individualista, entrando em flagrante contradição com o projeto do “ser quem se é”. Se é a forma como vemos o modo como somos vistos que serve de alicerce para a construção da autoimagem, a destituição *ideológica* desse poder do outro de nos constituir lançaria então o sujeito contemporâneo em uma cruzada inglória em busca de um graal psíquico: existir para si e por si mesmo, qualquer coisa menos do que isso sendo entendida como uma submissão indevida e até vergonhosa ao desejo (ou à “opinião”, como quer o senso comum) do outro. Essa é a forma de sofrer do homem moderno.

Em seu *O Mal-Estar na Civilização*, Freud comenta serem três as fontes do sofrimento humano: a natureza, o corpo e os outros. O homem reconhece a inevitabilidade do sofrimento causado pela natureza (desastres) ou pelo corpo (doenças); representa, contudo, o sofrimento proveniente das ações dos outros como “evitável”. Para Freud, essa diferença se restringiria à forma de *conceber* a dor imposta pelo outro – sua convicção é de que fazer sofrer é da natureza do *outro*.

É este o pressuposto que alicerça toda a construção teórica de *O Mal-Estar*, partindo de sua afirmação “espantosa” – a civilização como responsável pela desgraça humana – até a conclusão de que a culpa seria a forma que o mal-estar assumiria na civilização.

Não será deste *outro* cuja natureza é fazer sofrer que se protegem o sujeito *blasé* e o *homo clausus*? As teorias sombrias da modernidade, teses sobre um “mundo sem qualidades”, talvez encontrem aqui uma contribuição a dar para a clínica da contemporaneidade. Se tomarmos a indiferença e a reserva diagnosticadas por Simmel e Elias como configurações histórica e culturalmente circunscritas de males *humanos*, a clínica de hoje teria dois propósitos a cultivar. O primeiro seria a construção, em sua teoria, de uma articulação entre a concepção psicanalítica do desamparo como inerente à condição humana e as visões socioantropológicas das formas modernas de configuração deste desamparo. A segunda seria a integração, em sua prática, de uma percepção da etiologia social de alguns aspectos do sofrimento contemporâneo, em especial os sentimentos de “vazio”. Em conjunto, estes dois propósitos poderiam contribuir para evitar que, ao dirigir o fecho de luz para a história de vida particular do sujeito que padece deste mal contemporâneo, o processo terapêutico acabe por afundá-lo ainda mais em uma busca pelo sentido de sua vida dissociado do interesse e atenção para com o *outro* – este estranho que nos fere e aquece ao mesmo tempo.

**Maria Cláudia Coelho**

E-mail: mccoelho@bighost.com.br

## **Referências**

ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FREUD, Sigmund. [1930]). *O mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otavio (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

Artigo recebido em 21 de julho de 2008

Aprovado para publicação em 15 de agosto de 2008